



O IMAGINÁRIO SOCIOAMBIENTAL DE MORADORES DO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Daniel Cardoso Alves¹

RESUMO: Vitória da Conquista, cidade localizada na Região Sudoeste do Estado da Bahia, segundo a Lei Nº 1.410/2007, possui, no perímetro urbano, três unidades de conservação – UCs - oficialmente instituídas, a saber: Parque Municipal da Serra do Periperi (PMSP), Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias (PMULB) e Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema (PMULJ). Em tais unidades, somente podem ser desenvolvidas atividades científicas, de educação, de interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza ou de turismo ecológico, e isto, desde que sejam respeitados os demais critérios e restrições estabelecidos pela legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Entretanto, o desenvolvimento urbano de Vitória da Conquista veio acompanhado de uma relação caótica com o meio ambiente. Ao mesmo tempo, as iniciativas voltadas para as questões ambientais nessa cidade assumem vieses contraditórios, sobretudo no que se refere às políticas de proteção ambiental de UCs. Quando comparadas, por exemplo, as situações dos parques municipais urbanos das Lagoas das Bateias e do Jurema, é evidente a disparidade entre um e outro. Diante dessa constatação, foi proposta uma pesquisa qualitativa, que investigou o imaginário socioambiental dos moradores das áreas do entorno desses parques. Para tanto, utilizou-se de uma metodologia empírico-bibliográfica. Pretendeu-se, com este estudo, estabelecer uma reflexão maior sobre a importância da conservação ambiental de UCs em Vitória da Conquista, de forma a contribuir com o maior conhecimento acerca da obrigatoriedade legal e da importância ambiental da proteção dessas áreas ambientais. Buscou-se, também, tornar evidente a necessidade de proteção e revitalização do PMULJ e fornecer subsídios para a Política de UCs em Vitória da Conquista, sobretudo no que se refere às subjetividades da (re)produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Imaginário socioambiental. Subjetividades. Políticas de proteção ambiental.

ABSTRACT: Vitória da Conquista, a city located in the Southwest Region of the State of Bahia, according to Law Nº. 1.410/2007, has, in the urban perimeter, three conservation units - Conservation Units - officially established, namely: Saw of Periperi Municipal Park (PMSP), Lagoon of Bateias Urban Municipal Park (PMULB) and Lagoon of Jurema Urban Municipal Park (PMULJ). In such units, only scientific, educational, environmental interpretation, recreation in contact with nature or ecological tourism activities may be carried out, provided that the other criteria and restrictions established by the National System of Units are respected. Conservation However, the urban development of Vitória da Conquista was accompanied by a chaotic relationship with the environment. At the same time, initiatives focused on environmental issues in this city assume contradictory biases, especially regarding the environmental

¹ Professor do Departamento de Fundamentos Sócio históricos e Filosóficos da Educação, Área de Filosofia e Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Email: dca.uemg@gmail.com

Revista Gepesvida

protection policies of PAs. When comparing, for example, the situations of the urban municipal parks of Lagoon of Bateias and Jurema, the disparity between them is evident. Given this finding, a qualitative research was proposed, which investigated the socio-environmental imaginary of the residents of the areas surrounding these parks. For that, we used an empirical-bibliographical methodology. This study aimed to establish a greater reflection on the importance of environmental conservation of protected areas in Vitória da Conquista, in order to contribute to the greater knowledge about the legal obligation and the environmental importance of the protection of these environmental areas. We also sought to make evident the need for protection and revitalization of the PMULJ and provide subsidies for the UC Policy in Vitória da Conquista, especially with regard to the subjectivities of (re) production of urban space.

Keywords: Conservation Units. Social and environmental imaginary. Subjectivities. Environmental protection policies.

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, até meados do ano de 1980, as questões ambientais no que tangem à defesa de um meio ambiente sócio, econômico e ecologicamente equilibrado, eram tratadas de forma unilateral e restrita à esfera estatal, ou seja, não havia uma participação legitimada da sociedade civil nessas questões, haja vista a política centralizadora implementada pelo Estado. É somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, por força do seu artigo 225, que as questões envolvendo o Meio Ambiente no Brasil passam a ser, constitucionalmente, partilhadas com a sociedade. Entretanto, essa legitimação ainda caminha a passos largos de uma efetiva inserção social na política ambiental brasileira.

Ao mesmo tempo, com a constitucionalização da causa ambiental verificou-se que houve, no Brasil, uma descentralização entre os entes federativos do poder de legislar sobre essa temática, contribuindo para que diversas normatizações fossem criadas no país, destacando-se, sobretudo, a atuação do poder local.

Decorrente dessa descentralização entre os entes federativos do poder de legislar sobre temas ambientais, a promulgação da Lei Orgânica N°. 691/92, que criou a Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA – e instituiu ações de política de proteção, controle e conservação do Meio Ambiente do município Vitória da Conquista, localizado a Sudoeste da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia e local de investigação do estudo aqui apresentado, é um exemplo dessa política de descentralização ambiental brasileira materializada a partir da Constituição Federal de 1988. Contudo,

Não obstante os avanços verificados nas decisões e ações ambientais participativas, encabeçadas e patrocinadas pelo poder público, o Estado

Revista Gepesvida

continua a formular e implementar políticas antagônicas. Dita tanto normas e regras de proteção ambiental quanto estabelece leis contraditórias de incentivos fiscais e creditícios ou de criação de reservas legais no interior das propriedades (rurais), que acabam por contribuir para acelerar os processos de exploração florestal e de devastação dos demais recursos naturais (CUNHA; GUERRA, 2007, p. 55).

É com base nessas premissas, que este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de um estudo comparativo e reflexivo, em nível de mestrado, que teve como *locus* as formas de apropriação sociocultural das Unidades de Conservação (UCs) existentes na cidade de Vitória da Conquista – BA, enfocando as atuações da sociedade civil e do poder público local. Considerando as perspectivas sociocultural e ambiental, o referido estudo buscou compreender as representações e vivências dos moradores de bairros do entorno de duas UCs localizadas no perímetro urbano, apreendendo suas percepções socioambientais e, por sua vez, o imaginário social desses moradores.

De acordo com o artigo 23 da Lei N° 1.410/2007 - Código Municipal do Meio Ambiente de Vitória da Conquista - existem três Unidades de Conservação oficialmente instituídas nesse município. São elas: o Parque Municipal da Serra do Peri-Peri (aqui chamado Parque da Serra do Periperi), o Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias (aqui chamado Parque Lagoa das Bateias) e o Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema (aqui chamado Parque Lagoa do Jurema), como ilustrado na figura 1 abaixo:

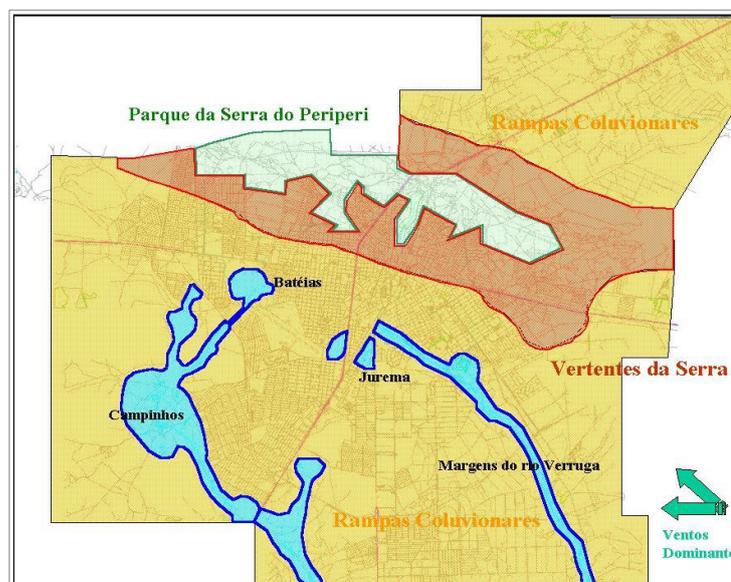


Figura 1 – Mapa da área de domínio das unidades geoambientais no setor urbano de Vitória da Conquista. Fonte: PDUVC/2004.

Revista Gepesvida

Considerando a mencionada institucionalização municipal de UCs, o presente estudo concentrou-se nas duas últimas citadas, ou seja, no Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias (PMULB) e no Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema (PMULJ), pelos seguintes motivos: diferentemente da primeira (PMSP), essas duas foram institucionalizadas como UCs mais recentemente, no ano de 2007; ambas apresentam um notável contraste no que se refere às benfeitorias por parte do poder público local; e elas estão situadas geograficamente no perímetro urbano de Vitória da Conquista. Diante desses critérios de seleção, a pesquisa foi realizada junto a moradores dos bairros Bateias e Jurema, que representam uma parcela da sociedade civil conquistense, os quais estão localizados no entorno do PMULB e do PMULJ, respectivamente ilustrados nas figuras 2 e 3 abaixo:



Figura 2 – PMULB, Vitória da Conquista – BA.
Fotografia: Autor, 2013.



Figura 3 – PMULJ, Vitória da Conquista – BA.
Fotografia: Autor, 2013.

Assim, neste artigo, serão fornecidas respostas para a seguinte questão: Qual o

Revista Gepesvida

imaginário socioambiental acerca do Parque da Lagoa das Bateias e do Parque da Lagoa do Jurema, situados na cidade de Vitória da Conquista – BA, segundo os sujeitos moradores nos seus entornos?

VITÓRIA DA CONQUISTA: DE VILA A ARRAIAL E DE ARRAIAL A CIDADE

Considerada “jóia do sertão baiano”, a cidade de Vitória da Conquista, localizada a Sudoeste da capital do Estado da Bahia, conforme pode ser visto na figura 4, local de investigação do estudo, não foge à regra do inadequado processo de urbanização adotado pelo Brasil. De acordo com Ferraz (2001, p.21), essa cidade “[...] É palco de uma dinâmica urbana repleta de contradições e conflitos. A sua configuração territorial é resultado da ação de vários sujeitos produtores do espaço urbano, em constante luta pela conquista de seus interesses e necessidades”.

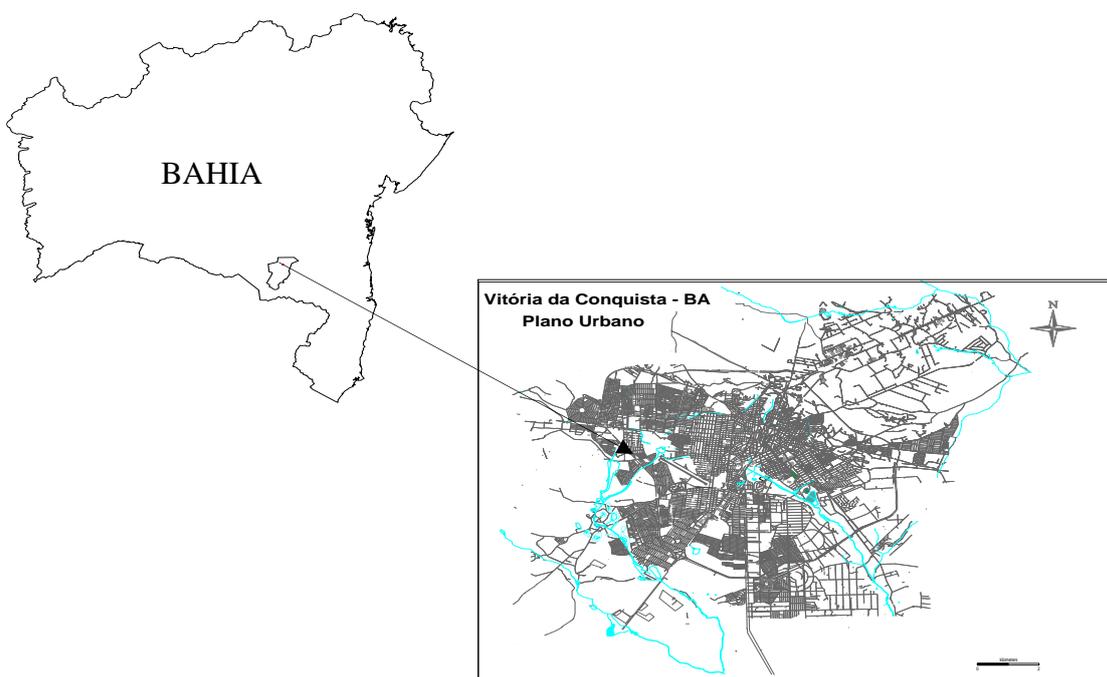


Figura 4. Mapa de Localização da cidade de Vitória da Conquista – BA.
Elaboração: Autor, 2013.

De Vila a Arraial e de Arraial a Cidade, Vitória da Conquista é, hoje, considerada a terceira cidade mais desenvolvida da Bahia, em termos socioeconômicos, sendo

Revista Gepesvida

ultrapassada apenas pelas cidades de Salvador e Feira de Santana. Situada numa área de entroncamento rodoviário, onde se convergem as BR 116 (Rio – Bahia) e 415 (Ilhéus – Conquista), e a BA 262 (Conquista – Brumado), a uma distância de 522 Km da Capital do Estado, essa cidade desponta como pólo de educação e saúde, destacando-se nas atividades de serviços, o que a caracteriza no cenário baiano como uma cidade de porte médio e de expressiva influência regional tanto no Estado da Bahia, quanto na região norte do Estado de Minas Gerais.

Segundo o censo do IBGE/2010, o seu quantitativo populacional atual é de 306.866 (trezentos e seis mil, oitocentos e sessenta e seis) habitantes, dos quais aproximadamente 11% (onze por cento) vivem na zona rural. O ritmo de vida em Vitória da Conquista é predominantemente urbano. A maioria da sua mão de obra empregada vincula-se a atividades do setor terciário, responsável por mais de 80% (oitenta por cento) dos seus R\$ 3.142,677 (três bilhões, cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e sete mil reais) de Produto Interno Bruto – PIB – anualmente acumulados.

Com relação às suas características naturais, o município, localizado sobre o Planalto da Conquista, com uma base territorial de 3.405,580 km² (três milhões, quatrocentos e cinco mil, quinhentos e oitenta quilômetros quadrados), apresenta um relevo pouco acidentado na parte mais elevada, suavemente ondulado, com pequenas elevações de topos arredondados, com uma topografia em forma de um anfiteatro. Os vales são largos, desproporcionais aos finos cursos d'água que sobre o planalto correm, de fundo chato e com cabeceiras em formas ovais ou circulares. Sua estrutura morfológica possui elevações geralmente de encostas suaves (embora existam aquelas com encostas íngremes), que podem atingir 1.000 m ou mais de altitude, a exemplo do Parque Municipal da Serra do Periperi, com cota máxima que varia de 1.109 m a 1.150 m e mínima de 1.000 m de altitude, enquanto que seu entorno próximo registra altitudes que variam de 857 a 950 metros.

De clima semi-árido a sub-úmido, Vitória da Conquista registra uma temperatura média anual de 20,2 C, cujos índices pluviométricos são relativamente baixos, sendo o período chuvoso mais intenso entre os meses de novembro a janeiro, mas a precipitação média anual não ultrapassa os 769,7 mm. Inserida no Polígono das Secas, a sua situação climática só é amenizada devido a altitude local, que está entre os 800 e 900 m.

Revista Gepesvida

Associadas a essas características climáticas, o município de Conquista apresenta duas grandes ecorregiões vegetais: a formação florestal decidual montana e a ecorregião “caatinga”.

Com relação à sua rede hidrográfica, observa-se no município a presença dos Rios Pardo, das Contas, Muritiba e Verruga, bem como do Riacho Santa Rita, do Córrego Lagoa de Baixo e do Açude Angico. Cabendo ressaltar que, dado o processo de expansão urbana, o Rio Verruga corta a cidade canalizado, ou seja, esse Rio, considerado o principal de Conquista, cujas nascentes surgem na reserva do Poço Escuro, a qual está inserida no Parque Municipal da Serra do Peri-Peri, conforme Benedictis (2007, p. 23), “[...] atravessa a cidade de Conquista, subterraneamente cerca de 2.000 metros, até cruzar com a Avenida Bartolomeu de Gusmão e, depois daí, num canal aberto com 4.000 metros, até o anel viário”. Ainda segundo Benedictis (2007, p. 24) e, como demonstrado na figura 5 abaixo, “O Rio Verruga, na área urbana, está assoreado, poluído com esgotos domésticos e efluentes, com lixos domésticos, entulhos e de odor desagradável”.



Figura 5 – Rio Verruga, área urbana, Vitória da Conquista – BA.

Fonte: <http://www.blogdaresenhageral.com.br/desmatamento-e-poluicao-rio-verruga-nao-esta-servindo-para-nada-dizem-pesquisadores/>. Acesso em: 12. Jun./2015.

Revista Gepesvida

Em seu perímetro urbano, a cidade abriga três unidades de conservação oficialmente instituídas pelo Código Municipal do Meio Ambiente do ano de 2007, são elas: Parque Municipal da Serra do Periperi, Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias e Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema, localizadas na figura 6 abaixo.

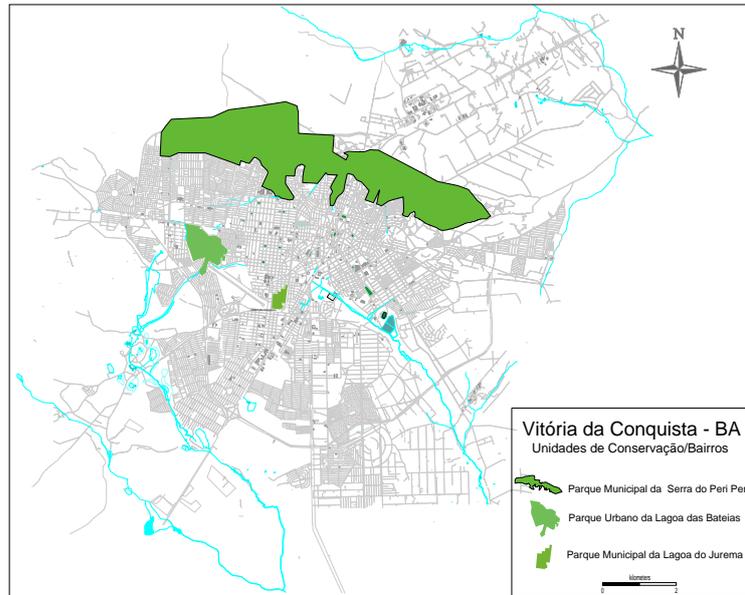


Figura 6. Mapa das Unidades de Conservação de Vitória da Conquista – BA.
Elaboração: Autor, 2013.

No entanto, a posição privilegiada no contexto estadual e interestadual em termos socioeconômicos, bem como os avanços urbanos ocorridos nas últimas décadas, não são nada reveladores de uma cidade modelo de urbanização pautado na busca pelo equilíbrio socioambiental, pelo contrário, o acesso igualitário às suas benfeitorias urbanas fica muito aquém dessa posição, tendo em vista a adoção de um processo de urbanização que resultou da luta de interesses entre diversos sujeitos, sobretudo, o poder público municipal e os agentes promotores de loteamentos, que utilizaram o seu espaço geográfico como forma de angariar lucros, mercantilizando espacialmente a cidade em lotes. Consequentemente,

Como fruto do processo de construção do espaço urbano, diversos são os problemas enfrentados por grande parte da população de Vitória da Conquista. [...] A falta de pavimentação, de sistema de drenagem e de rede de esgoto sanitário é verificada na maioria do perímetro urbano. Detecta-se a carência de abastecimento de água, de iluminação elétrica e de transporte urbano em vários pontos da cidade, além da carência no setor de habitação, educação, cultura, saúde e lazer (FERRAZ, 2001, p. 49).

Revista Gepesvida

Apesar dessas inúmeras obras concretizadas em Vitória da Conquista, especificamente as públicas, em sua maioria supostamente voltadas para a “melhoria” da qualidade socioambiental na cidade, de acordo as informações divulgadas à sociedade pelo poder público local, em muito pouco se avançou na questão ambiental, tendo em vista que, na prática, elas não demonstraram tal preocupação. No caso da Lagoa dos Bateias, por exemplo, foi construída uma importante área de lazer para o usufruto da população, sem levar em consideração o problema da falta da rede de esgoto no local, o que acabou transformando-a num reservatório de esgoto para o lado sudoeste da cidade, sem se falar no “crime” cultural e social por parte do poder público para com os moradores locais, que foram expulsos do seu lugar sem direito a escolha.

Vitória da Conquista, como a maioria das cidades brasileiras que sofrem com o crescimento desordenado, revela sérios problemas socioeconômicos e de manutenção adequada do seu meio ambiente, em que a adoção de um modelo de desenvolvimento urbano bastante inadequado às suas condições socioambientais prejudicou a efetiva preocupação com a qualidade de vida das pessoas, uma vez que as propostas de urbanização são oriundas de contextos extremamente diferentes e inviáveis às suas realidade e necessidade locais. Como resultado, tem-se uma cidade sem infraestrutura adequada, o que acentua os desequilíbrios socioambientais.

O processo de construção social do espaço conquistense explica-se por uma cultura marcada pela luta de interesses de classes que, segregando a cidade, determinou a desigualdade entre os sujeitos envolvidos na sua apropriação espacial.

Entre a Política Pública de Educação Ambiental e o processo de expansão urbana de Vitória da Conquista, estão camufladas as relações de poder que configuraram o seu espaço e que revelam a complexidade ambiental vivenciada historicamente nessa cidade. A complexidade ambiental na cidade de Vitória da Conquista perpassa, portanto, por seu histórico processo de configuração urbana, cujas relações de poder obscuras, em grande parte, são as responsáveis pelas desigualdades sociais hoje visíveis na sua ordenação espacial, que se relacionam com os problemas ambientais vivenciados na cidade. Estes, por sua vez, são agravados pela cultura capitalista imperante no mundo ocidental, em que a subjugação de classes é o motor que garante a dominação sociocultural das sociedades.

Revista Gepevida

UM OLHAR HISTÓRICO, CULTURAL E GEOGRÁFICO SOBRE O MEIO AMBIENTE NO BRASIL

O desenvolvimento da humanidade sempre esteve atrelado a uma questão historicamente elementar, porém, definitiva para a ocorrência da intensidade e do aprimoramento das relações socioambientais: a necessidade. Sabe-se que desde as eras mais primitivas a humanidade explora os recursos naturais disponíveis no planeta visando o atendimento de suas necessidades. Movidas por suas necessidades, as sociedades, desde as mais primitivas às sofisticadas, com alto grau de uso de ciência e tecnologia, dependem dos recursos da natureza para a sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento.

As primeiras formas de apropriação do meio ambiente no Brasil baseavam-se numa relação de dependência dos povos nativos para com a natureza, cuja consciência predominante era a de preservar para manter a sobrevivência, ou seja, o valor atribuído ao uso dos recursos naturais não se baseava no lucro, mas sim na manutenção da vida.

O comportamento dos primeiros habitantes do Brasil frente ao meio ambiente, anterior ao processo da colonização portuguesa, reforça, assim, o pensamento inicial preservacionista empírico que mediou a estrutura organizacional da sociedade brasileira.

A mudança no pensamento da relação homem/natureza, baseada na concepção da manutenção da vida, tornou-se notória a partir da colonização das terras brasileiras pelos europeus, os quais sedentos pela apropriação da “infinita” riqueza natural saltante aos seus olhos, impuseram sua dominação sobre os povos brasileiros por diversas formas, sendo a mais cruel, e por não dizer a mais enfática, a cultural.

A dominação da consciência humana, aquilo que, de acordo com Morin (2004), é o que há de melhor e de mais frágil no ser humano, foi decisiva para que os portugueses justificassem a apropriação da natureza como possibilidade de solucionar uma crise econômica por eles vivenciada desde o século XV. O Brasil seria a válvula de escape, um lugar de terras férteis, um paraíso com recursos inesgotáveis.

É possível evidenciar que essa noção de uma natureza prodigiosamente rica e disponível é uma referência recorrente nas alusões que se faz ao país com ecos em quase todos os momentos da história nacional. Já se experimentava nos eldorados, buscados no correr dos séculos XVI e XVII; nas tentativas de naturalizar a Nação e o Império do século XIX; nas primeiras iniciativas para fundar a República; e nos esforços de construção de uma identidade nacional do estado Novo; bem como no Brasil grande da ditadura militar (CARNEIRO, 2008, p. 95).

Revista Gepesvida

A iniciativa de implantar um sistema econômico em terras brasileiras ocasionou os primeiros grandes impactos ambientais, *a priori* com a exploração do pau Brasil, em que o processo de desmatamento foi extremamente devastador. O processo de colonização portuguesa estabelecido, baseado em monoculturas como a da cana de açúcar, onde grandes extensões de terras foram ocupadas e posteriormente outras atividades econômicas estabelecidas com o propósito de obtenção infundável de lucro, acentuou em demasia o assalto ao meio ambiente brasileiro. Nesse período, a natureza sofreu grandes alterações, de forma imediatista, não se percebendo qualquer preocupação com os danos que essa forma de apropriação pudesse futuramente ocasionar.

Os recursos naturais foram utilizados como se fossem inesgotáveis, perpetuando-se o mito da abundância, o qual passou a ter efeitos notáveis com o surgimento da sociedade industrial moderna, onde se criou condições muito favoráveis ao desenvolvimento humano, promovendo um crescimento demográfico em níveis nunca vistos, e mais preocupante, insustentáveis, visto que, com o avanço do capitalismo e o surgimento das novas técnicas, as formas de exploração mudaram e cresceram assustadoramente, de maneira desordenada, em prol de um desenvolvimento a qualquer preço, o que vem colocando em risco o equilíbrio natural do planeta e a vida nele existente.

Diante de fatos inegavelmente verdadeiros, essas sociedades esqueceram-se de cuidar da apropriação racional do seu meio de vida; esqueceram-se que o meio ambiente não é um simples amontoado de elementos desordenados.

Como consequência, a humanidade vem convivendo com catástrofes ambientais que, além de se repetirem em escala planetária, tornaram-se cíclicas e, para muitos estudiosos, são efeitos comuns daquilo que ela própria denominou “progresso”.

O desequilíbrio ambiental instaurado desde a segunda metade do século XX que culminou nos atuais problemas globais de aquecimento atmosférico por excesso de gases de efeito estufa na atmosfera, aumento dos níveis de radiação solar por rarefação da camada de ozônio, extinção em massa da biosfera, exaustão das fontes de recursos naturais, poluição da hidrosfera e desertificação de solos - entre outros exemplos cabíveis - é reflexo da própria explosão demográfica humana, alavancada também pelo estimulado crescimento da sociedade de consumo. Ou seja, esse desequilíbrio resulta do fato de que

Revista Gepevida

se usa mais do que o planeta pode repor e tentar administrar o pouco que resta pode ser a única saída para se evitar a extinção da própria espécie humana ou, pelo menos, adiá-la.

A questão ambiental brasileira perpassa, assim, tanto pelo entendimento do processo de colonização portuguesa, que encharcando os brasileiros de cultura europeia até os ossos direcionou as formas de dominação das suas riquezas naturais através da passividade e inércia dos nativos, quanto pelo avanço do modo de produção capitalista que, comandando a apropriação do meio ambiente em favor da mobilidade do capital, é revelador das históricas violências urbanas (exclusões política, econômica, social e cultural) às quais os habitantes estão submetidos, cuja expressão máxima se dá na apropriação desigual dos recursos naturais, aumentando a marginalização social.

Esse sistema econômico caracterizado pela mercantilização dos potenciais naturais e domínio cultural, traz a baila expressões como sociedade de risco, do consumo e do desperdício, que passaram a fazer parte do vocabulário brasileiro e comprometem o presente e o futuro ambiental no país, o que é agravado pela internalização de significados reducionistas de natureza, de ferramentas de conscientização como a Educação Ambiental, quando não equivocados, pela sociedade, que materializa em seus atos a cultura capitalista de apropriação inconsequente do Meio Ambiente. Perpetua-se na sociedade a ideologia do consumo infinito, a fim de se acompanhar a reprodução ampliada do capital, em busca de um crescimento econômico que parece não ter fim, mesmo que para isso o equilíbrio e a qualidade socioambiental sejam ameaçados.

Criou-se com isso uma sociedade consumista de recursos, capitais e bens. O consumismo intenso valoriza a acumulação material, a competição exacerbada, o individualismo egoísta e vende a ilusão alienante de crença na viabilidade desse modelo, que jamais poderia ser alcançado pelo conjunto da população planetária ou até mesmo pela grande maioria das nações existentes (GUIMARÃES, 1995, p. 13).

Mas é claro que o consumo por si só não é o único problema, sua raiz está no consumo demasiado e desigual, em que uma maioria desprivilegiada sócio e economicamente tem tirado de si o direito do uso racional e equitativo do meio ambiente e dos seus recursos, em favor do usufruto da minoria dominante.

Dado o atual modelo de sociedade que subordina o meio ambiente aos interesses econômicos globais, a natureza perdeu o seu sentido de manutenção da vida e ganhou um único e novo significado: matéria-prima para da reprodução do capital, uma vez que é

Revista Gepesvida

apropriada segundo a dinâmica do mercado, cuja produção realiza-se em função da racionalidade capitalista. A natureza passou, então, a ser funcional para a produção e reprodução do capital.

Na atual fase capitalista, as práticas econômicas, um aspecto particular das demais práticas sociais, modificam o espaço físico na condição de valor de troca, gerando uma dinâmica de mercado em torno do próprio espaço, dinâmica essa que inclui a produção de bens materiais e a adequação do meio ambiente circundante às necessidades sociais. Na sociedade capitalista moderna, que é uma sociedade estratificada, essa transformação se dá no contexto dos interesses dos grupos sociais que dirigem uma forma de produção fundamentada no progresso técnico. Assim sendo, tanto o sistema produtivo instituído, como a tecnologia e as adaptações ambientais são orientadas para responder aos fins da acumulação (CUNHA; GUERRA, 1997, p. 25, *apud* BERNARDES, 1997).

Alicerçada num consumo imensurável e desigual, esse modelo de sociedade capitalista caracteriza-se pela injustiça socioambiental, tendo como base um Estado que reduz as problemáticas sociais e ambientais a simples relações de conveniência e negociação. O sujeito dessa sociedade, seguindo tais princípios, perde a sua originalidade quando se submete aos padrões globais de consumo, à medida que passa a consumir não mais pela necessidade, mas por imposição social, pela conquista do *status*.

Contudo, o consumo dos recursos naturais em si não é determinante do caos ambiental no qual se encontra o planeta, o problema é que esse imensurável consumo está a serviço de uma classe que mantém as suas estruturas estáticas e estabelece a ideologia da sociedade do desperdício, da sociedade da imagem, que lucra explorando e se reproduz degradando. Certamente, enquanto prevalecer essa ordem desenvolvimentista de consumir a qualquer preço, sociedades manterão estilos de vida nefastos ao Meio Ambiente e continuarão a ser peças de reprodução desse sistema que privilegia a causa econômica em detrimento das necessidades socioambientais.

O que se tem na atualidade é um paradoxo cruel: a sociedade ao mesmo tempo em que vive a dinâmica capitalista de apropriação do meio ambiente e dos seus recursos, teme pelo comprometimento da sua qualidade de vida ambiental. Temor este, de acordo com Pádua (2002), que remonta a um Brasil escravista, visto que, para o autor, em “Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786 – 1888”, já nos séculos XVIII e XIX, período escravista, estavam presentes no Brasil pensamentos críticos quanto a forma predatória como a sociedade se relacionava com a

Revista Gepesvida

natureza. O autor, no decorrer dos capítulos, faz uma vinculação entre escravidão e destruição ambiental, apontando aquela como a mazela brasileira responsável pelo atraso econômico e social do país.

Para Pádua (2002), a vulnerabilidade do meio ambiente no Brasil decorre, em grande parte, do caráter devastador da ocupação colonial do seu território e da maneira agressiva e imediatista como foram exploradas as terras brasileiras, sustentada em mitos, como o da abundância.

Assim, historicamente buscando o sonhado progresso, a humanidade, paradoxalmente, vem interagindo de maneira caótica com a natureza, evidenciando as ameaças e injustiças socioambientais, cujos discursos das formas de apropriação, de acordo com Carneiro (2008), decorrem das diferentes concepções e dos distintos valores que se atribui a natureza.

Carneiro (2008) destaca que, no contexto brasileiro, as formas de apropriação do meio ambiente sempre estiveram atreladas a noções de preservação e conservação duvidosas e, muito disso, decorreu do seu processo de colonização, cujos colonizadores propagaram visões edênicas, romantizadas e ufanistas de natureza, alimentando o mito da abundância e contribuindo para que, na atualidade, o consumo desenfreado dos recursos naturais fosse um dos principais responsáveis pelo caos ambiental no país, sobretudo no que se refere à escassez de recursos vitais para a sobrevivência humana.

Para Carneiro (2008), as práticas ambientais no Brasil contrapõem-se aos discursos, uma vez que, de um lado se tem uma lógica de proteção avançada e devidamente normatizada, de outro, padrões destrutivos típicos de uma sociedade comandada por um sistema que se alimenta da superexploração da natureza, cuja prática dominante é a do assalto a natureza, uma herança cultural de um Brasil-Colônia como base de exploração de produtos primários destinados ao mercado externo.

As “políticas sociais” implementadas pelo poder público brasileiro, cuja função básica deveria ser a de colar em prática projetos políticos que visassem algum tipo de mudança em busca de maior justiça social, aqui entendida em seu mais sentido amplo, acabam por privilegiar o econômico em detrimento do social. Consequentemente o que se tem é um Estado capitalista de atuação mínima, que através de seus projetos paliativos, ações imediatistas e relações de clientelismo, transfere à sociedade civil o ônus de arcar

Revista Gepesvida

com a sua ausência diante das questões ambientais.

A relação sociedade e meio ambiente no Brasil está, assim, alicerçada numa cultura de apropriação do meio ambiente baseada na exploração alheia e no pouco esforço direto, herança do espírito aventureiro típico do colonizador português, sendo comum em dias atuais, de acordo com Holanda (1985), que muitos brasileiros justifiquem a inércia diante dos problemas ambientais em expressões históricas que são reflexos dessa herança cultural, tais como: “Deus é brasileiro”, “Nessa Terra em se plantando tudo dá”, entre outras, perpetuando práticas humanas incompatíveis com a capacidade natural de resiliência da natureza.

Como resultado da materialização cultural e, sendo a Cultura, conforme Foladori e Taks (2004), um meio de oferecer os diferentes olhares sobre a relação sociedade-natureza, tem-se nela o conjunto de códigos e valores humanizadores da natureza. Nessa perspectiva, Velho e Castro (1978), reconhecem que Cultura é inseparável de Natureza, uma vez que o homem é um produto cultural em que no seu processo de fazer-se atua sobre a base natural que habita, ou seja, humaniza aquilo que ele define como o seu meio de vida: o Meio Ambiente.

A atitude ambiental encontra na Cultura uma importante aliada no que se refere à emancipação ideológica da sociedade, logo, na mudança de atitudes em relação à apropriação sociocultural do meio ambiente. No entanto, os sujeitos deparam-se com uma difícil tarefa: transpor os estereótipos negativos como os de pouca efetividade, estrategicamente, atrelados a essa dimensão de emancipação ideológica. É nessa perspectiva que se requer uma atitude ambiental crítica, que ultrapasse a falsa ideia hegemônica de que na ausência dos conflitos, na passividade social, está o equilíbrio socioambiental.

É da natureza humana, artificializar aquilo que é natural, principalmente quando se volta para a sociedade contemporânea. E o olhar para o meio ambiente no Brasil deve considerar as suas múltiplas facetas culturais, por tanto, torna-se impossível concebê-lo somente pelo viés da naturalidade, haja vista a presença do homem, e da sua cultura, como o sujeito das mutações socioambientais. Como produto sociocultural, o Meio Ambiente é em determinados momentos e lugares, resultado de uma combinação dinâmica – portanto, em movimento, em transformação – de elementos físicos, biológicos e humanos

Revista Gepesvida

que, interagindo uns com os outros, fazem dele um conjunto único e inseparável, em constante evolução.

Nesse sentido, a Cultura revela-se como um poder invisível inerente a toda sociedade, em cuja invisibilidade esconde-se as significações da apropriação do meio ambiente. A sua pluralidade coloca-se como importante instrumento social de desmistificação da ordem ideológica que tenta se impor como universalmente aceita.

Contudo, compreender a essência sociocultural do processo de apropriação do meio ambiente não é nada simples, pois exige do sujeito a capacidade de reconhecer-se, saber dos seus valores, dos seus mitos, e dos fatores que determinam a sua dinâmica social. Se o seu próprio reconhecimento não está claro, certamente, limitar-se-á a pensar pelas aparências, considerando apenas aquilo que o sentido da visão lhe permite ver, não se colocando na posição de questionador da realidade que ele, direto e/ou indiretamente, individual e/ou coletivamente, produziu e materializou. O olhar consciente para ela desvenda o viver social, a luta entre classes, e os padrões de dominação.

À sociedade, em que cada habitante da cidade constrói e usufrui do seu Meio Ambiente, individual e coletivamente, cabe o papel de observá-lo com olhar mais crítico na perspectiva de sempre melhorá-lo, já que suas explicações são subjetivas, podendo estar, e muitas vezes estão, camufladas em heranças culturais.

É a partir da percepção crítica da realidade vinculada à noção de pertencimento ao lugar em que se vive, logo, da importância da sua cultura como elemento emancipador, que os sujeitos reconhecerão a força que têm, como sociedade organizada, para manifestarem em atitudes concretas os ideais de construção de um espaço sócio e ambientalmente mais justo, a fim de que a tomada de consciência no uso do meio ambiente não se reduza à superficialidade de ações individuais e imediatistas.

O exercício da cidadania está estritamente relacionado com o despertar para a consciência ambiental. Despertar este que não se resume aos reclames individuais de direitos e deveres, mas que reconhece a causa ambiental como coletiva e pública, em que, para Lima (2002, p. 136), “[...] a participação é o solo que a sustenta, enraíza, alimenta e reproduz”.

Sem dúvida, o reconhecimento como sujeito, exige antes entender, na essência, as dimensões sociais, políticas, econômicas, éticas e culturais nas quais se está inserido,

Revista Gepesvida

dimensões estas, partes integrantes de um sistema que se mantém da subjugação do poder da ação social, que se perpetua à medida que não permite à sociedade reconhecer seus direitos e deveres para praticar a plena cidadania capaz de emancipar os sujeitos dos estereótipos e padrões ideológicos de dominação, os quais são materializados nos estilos de vida impressos culturalmente na apropriação social dos espaços e expressos nas formas de apropriação da natureza.

Enfim, perceber-se inserido dentro desse processo de aculturação capitalista que se reflete na apropriação desigual da natureza, é necessário antes, que o sujeito se reconheça como parte indissociável dessa natureza.

Compreender a subjetividade do processo de apropriação da natureza pela humanidade é, então, repensar-se como sujeito e perceber nas formas concretas, que saltam aos olhos, os ideais, as práticas e os valores de uma sociedade, enfim, é se reconhecer para entender o seu meio de vida como um produto sociocultural singular e ao mesmo tempo diverso, já que é resultado de uma pluralidade cultural.

O IMAGINÁRIO SOCIOAMBIENTAL ACERCA DOS PMULB E PMULJ

Com o objetivo de apreender o imaginário socioambiental sobre os Parques da Lagoa das Bateias e do Jurema pertencentes à cidade de Vitória da Conquista - BA, após a realização de uma ampla revisão bibliográfica, abrangendo consultas a textos que abordam o assunto, especificamente às Lei Orgânica Nº. 691/92 e Nº 1.410/2007, que criou a Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ao Código Municipal do Meio Ambiente de Vitória da Conquista, incluindo os diversos estudiosos envolvidos com o tema, procedemos a uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos moradores dos bairros Bateias e Jurema, localizados no entorno das duas UCs escolhidas para a pesquisa - Parques da Lagoa das Bateias e da Lagoa do Jurema. Reunidas as informações obtidas, foi possível configurar as imagens ambientais, apresentadas no quadro 1, de ambas comunidades, as quais, especialmente em relação à Comunidade Alegria, não refletem a singularidade que os seus lugares de moradia, enquanto parques municipais e unidades de conservação, deveriam ocupar no imaginário socioambiental da cidade de Vitória da Conquista.

Revista Gepesvida

| Comunidade s | Imagens ambientais |
|------------------------------------|---|
| | PMULB |
| Bateias II (Santa Cruz) | Conhecido somente por “As Bateias” e permeado, ainda que superficialmente, da noção de parque municipal e/ou unidade de conservação, é um bom lugar de se viver por possuir uma área valorizada pelo mercado imobiliário conquistense devido às benfeitorias urbanas realizadas, nos últimos anos, em torno da lagoa ali existente. É considerado importante, tanto do ponto de vista pessoal, quanto para a cidade como um todo, enquanto parque municipal. É muito frequentado por moradores de outros bairros, principalmente para fins de atividades físicas. Passou por um crescimento populacional na última década e sofreu mudanças urbanísticas ao longo do tempo, o que ocasionou o remanejamento de alguns moradores e a derrubada de casas por parte do poder público local. Apesar de algumas ações públicas, a área encontra-se esquecida pelo poder público, enfrentando uma série de problemas econômicos, sociais e de infraestrutura. |
| | PMULJ |
| Alegria | Conhecido somente por “As Taboas” e desvinculado da noção de parque municipal e/ou unidade de conservação, é um bom lugar de se viver por estar localizado próximo ao centro da cidade e ser de fácil acesso. Possui uma lagoa que contribui para a proliferação de animais peçonhentos e o aumento da criminalidade. Não possui importância pessoal ou cidadina enquanto parque municipal. Passou por um crescimento populacional ao longo do tempo e sofreu algumas mudanças, como o remanejamento de alguns moradores, derrubada de casas por parte do poder público local e aumento da deposição de lixo. Encontra-se esquecido pelo poder público, enfrenta uma série de problemas econômicos, sociais e de infraestrutura. |

Quadro 1. Síntese do imaginário socioambiental dos moradores dos Parques das Bateias e do Jurema.
Fonte: Pesquisa de Campo, Parques das Bateias e do Jurema, Vitória da Conquista - BA, 2013.

A construção desse imaginário socioambiental baseou-se na adaptação das três dimensões definidas Lynch (1997), com o intuito de apreender as percepções ambientais das áreas estudadas pelo viés da construção imagética que os sujeitos fazem do ambiente.

1ª – Identidade: reconhecimento dos sujeitos sobre o significado individual, total e diferenciado/único do Parque investigado. Para avaliar esse reconhecimento foram feitas três perguntas: Você sabe o que é uma Unidade de Conservação? As Bateias/O Jurema é uma Unidade de Conservação? As Bateias/O Jurema é um Parque Municipal?

2ª – Estrutura: relação espacial ou pragmática dos sujeitos com o Parque investigado. Para conhecer a relação com o Parque, foram feitas oito perguntas: Há quanto tempo você mora na Comunidade Santa Cruz/Bateias II/Alegria? O que te levou a morar na Comunidade Santa Cruz/BateiasII/Alegria? A comunidade Santa Cruz/Bateias II/Alegria possui carências/problemas? Como você vê o espaço da Comunidade Santa Cruz/Bateias II/Alegria num período aproximado de seis anos? Como você percebe a área

Revista Gepesvida

espacial da sua Comunidade? Como você se relaciona com a Lagoa existente na Comunidade? Como você atua na sua comunidade sobre as questões ambientais? Como você percebe a relação do poder público com as questões sociais e ambientais na sua Comunidade?

3ª – Significado: relação emocional e/ou de uso dos sujeitos com o Parque investigado. Para conhecer a percepção subjetiva e as atitudes dos sujeitos com relação ao Parque, foram feitas quatro perguntas: Você está satisfeito em morar nas Bateias/no Jurema? As Bateias/O Jurema tem importância para a cidade de Vitória da Conquista? As Bateias/O Jurema tem importância para você? Você deseja algo para as Bateias/o Jurema?

Essas imagens ambientais são, assim, resultado do imaginário social dos doze moradores de cada comunidade investigada, o qual, de acordo com Lynch (1997), se constrói da relação observador e ambiente, ou seja, é fruto da imagem ambiental que, mediada pela cultura, se singulariza na apropriação social (estrutura), diferenciação (identidade) e valorização (significado) do ambiente pelos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos as representações dos sujeitos da pesquisa sobre os parques investigados, a concepção de imagem ambiental formulada por Lynch (1997) é um termo fundante. Segundo o autor:

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que se vê. A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes (LYNCH, 1997, p. 7).

Ao nos apropriarmos desse conceito, compartilhamos de uma concepção de imaginário social ancorada na perspectiva filosófico-sociológica contemporânea. Ferreira e Eizirik (1994), ao proporem questionamentos sobre a finalidade do imaginário social, as fronteiras que marcam o seu objeto de conhecimento e as vias que podemos ter acesso a ele, permitem-nos o seguinte entendimento:

Revista Gepesvida

Imaginário Social é um campo de investigação relativamente novo [...] em que o mundo transcende a esfera da natureza-em-si, porque é vivido real/imaginariamente pelos homens. Ou seja, toda sociedade conta com um sistema de representações cujos sentidos traduzem um sistema de crenças que, em última instância, legitima a ordem social vigente. Trata-se de uma complexa rede de sentidos que circula, cria e recria, instituindo/instituindo-se na luta pela hegemonia [...]. Por diferentes caminhos busca-se, enfim, os elementos constitutivos do campo do Imaginário Social que geram adesões e resistências capazes de favorecer ou inviabilizar o processo de integração dos agentes sociais. É necessário, pois, que se procurem "pistas" para a (re)construção desses sentidos. Lembrando sempre que o Imaginário Social opera por oposições: o "nós" só existe em oposição aos "outros"; o legítimo, ao inválido; o bem, ao mal; a inclusão, à exclusão. Estudar, por exemplo, o imaginário religioso brasileiro significa identificar o mapa religioso que lhe serve de suporte: o beato, o rezador, o curandeiro, os rituais, os símbolos, etc. É nesse campo que se encontram as ofertas, as possibilidades de barganha, de convencimento. Identificar esses elementos passa pelas marcas das diferenças [...] (FERREIRA; EIZIRIK, 1994, p. 6-9).

Entendemos, ainda, conforme Ross (2006), que o equilíbrio dinâmico do ambiente natural sofreu alterações expressivas a partir do momento que a humanidade passou a apropriá-lo não mais para atender às necessidades de sobrevivência, e sim, para satisfazer os anseios de conforto, riqueza e lazer.

Essa nova lógica de apropriação do meio ambiente, segundo Bernardes e Ferreira (2003, p. 21), advém da ideia de natureza como valor de troca², o que intensificou a mercantilização dos recursos naturais e os inúmeros conflitos socioambientais, motivando o surgimento de reflexões sobre o modo capitalista de apropriação do meio ambiente pela sociedade.

Mediada pelo trabalho, a humanidade, ao longo do tempo, modifica o meio ambiente, através de uma relação cartesiana de apropriação, com o emprego de técnicas cada vez mais complexas. Ao colocar-se na posição de sujeito e qualificar o meio ambiente como objeto de uso, a humanidade alimenta a falsa ideia de superioridade em relação ao meio físico.

Consequentemente, é evidente a situação de vulnerabilidade ambiental em que

²Em sua obra intitulada "O Capital: crítica da economia política", Marx (1988) reflete sobre o conceito do valor de uso entendendo-o como "[...] o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta, [...] (em que,) o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a 'forma de manifestação' de um conteúdo dele distinguível". Esses conceitos foram incorporados pela literatura ambiental, como crítica ao sistema econômico vigente no mundo ocidental – o Capitalismo, à luz de Marx (1988), em que a natureza vem sendo, cada vez mais, entendida apenas por seu significado material enquanto riqueza mercantil, em suma, enquanto mercadoria, cuja permanência ideológica alimenta-se da vinculação do seu valor de uso (riqueza material) com o seu valor de troca (acumular riqueza material).

Revista Gepesvida

se encontra o mundo, motivando o surgimento crescente de políticas voltadas para as questões ambientais. Entretanto, essas políticas, em sua maioria, por não considerarem questões como a inseparabilidade do homem com a natureza e de injustiças socioeconômicas, sobretudo no que se refere às intensidades e desigualdades de apropriação da natureza, mostram-se pouco eficazes para a melhoria da qualidade de vida socioambiental da humanidade.

Dentre as estratégias políticas voltadas para as questões ambientais, destaca-se, a partir da década de 1980, a institucionalização de diversas Unidades de Conservação no Brasil. De acordo com Cunha e Coelho (2003),

No intervalo de 13 anos (1988 a 2001), 119 unidades de conservação foram criadas, das quais 57 na Região Norte, como resultado de pressões nacionais e internacionais. Além das unidades que já vinham sendo criadas em períodos anteriores, foram efetivadas a criação de unidades com *status* de uso direto, como as reservas extrativistas, e a adequação de unidades, como parques nacionais, florestas nacionais e áreas de proteção ambiental, dentre outras, ao modelo de reservas de desenvolvimento sustentável, tentando conciliar proteção da natureza com os modos de vida tradicionais (p. 53).

Com o objetivo de proteger áreas naturais, o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) abrangeu as esferas federal, estadual e municipal, e dividiu as Unidades de Conservação respectivas segundo o tipo de uso, ou seja, Unidade de Conservação de uso direto e Unidade de Conservação de uso indireto. Enquanto a primeira permite o uso dos recursos naturais de forma sustentável, a segunda limita o uso à pesquisa e ao lazer.

A institucionalização de Unidades de Conservação reforça a ideia de vulnerabilidade que se encontra o meio ambiente, reflexo da relação degradante que a sociedade mantém com a natureza e que é verbalizada no seu imaginário socioambiental, haja vista a necessidade de mecanismos legais para proteger áreas que, apenas pela importância socioambiental e científica que lhes são inerentes, deveriam ser preservadas.

REFERÊNCIAS

AUTOR. **Título**. Cidade: IES, 2013. 120 p. (Dissertação – Mestrado em Ciências Ambientais – Área de Concentração em Meio Ambiente e Desenvolvimento).

BAHIA. **Lei nº 1.410/2007**. Código Municipal do Meio Ambiente de Vitória da

Revista Gepevida

Conquista. Disponível em: <<http://www.pmvc.com.br>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BAHIA. **Lei nº 691/92, de 23 de dezembro de 1992.** Cria a secretaria municipal do meio ambiente e institui ações de política de proteção, controle e conservação do meio ambiente. Disponível em: <<http://www.pmvc.com.br>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

BENEDICTIS, Nereida Maria Santos Mafra. **Política Ambiental e Desenvolvimento Urbano na Serra do Periperi em Vitória da Conquista Bahia.** Dissertação de mestrado. Natal: Rio Grande do Norte, 2007.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. **Sociedade e Natureza.** In: CUNHA, S. B.; GUERRA, J. T. (orgs.). A questão ambiental – diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2003.

BLOG DA RESENHA GERAL. **Rio Verruga.** Disponível em: <<http://www.blogdaresenhageral.com.br/desmatamento-e-poluicao-rio-verruga-nao-esta-servindo-para-nada-dizem-pesquisadores/>>. Acesso em: 12. Jun. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mai. 2014.

CARNEIRO, C. F. A. G. Padrões de interação sociedade e natureza: algumas peculiaridades do caso brasileiro. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 17, 2008.

CUNHA, L. H.; COELHO, M.C.N. **Política e Gestão Ambiental.** In: A Questão Ambiental: diferentes abordagens. CUNHA, S. B. Da; GUERRA, A. J. T. (orgs.). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira, orgs. **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERRAZ, Ana Emilia de Quadros. **O Urbano em construção:** Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Edições UESB, 2001.

FERREIRA, Nilda Tevês; EIZIRIK, Marisa Faermann. **Educação e imaginário social:** revendo a escola. Em Aberto, Brasília, ano XIV, n. 61, jan./mar. 1994.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental.** Mana [online]. 2004, vol.10, n.2.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** São Paulo: Papirus, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso.** 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censos demográficos.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

Revista Gepesvida

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Crise ambiental, educação e cidadania:** os desafios da sustentabilidade emancipatória. *In:* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2002.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, Karl. **O Capital.** Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MORIN, Edgard. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ROSS, Jurandyr. **Ecogeografia do Brasil:** subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

VELHO, G.; VIVEIROS DE CASTRO, E. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato:** Jornal de Cultura, ano 1, n. 1, 1978.

*Recebido em maio de 2021.
Aprovado em julho de 2021.*